* Não pode ser vendido separadamente
Suplemento integrante da edição 3847 do Jornal Correio do Povo do Paraná

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022-PMIS
O Município de Laranjeiras do Sul-PR, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e posteriores alterações...

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022-PMIS
O Município de Laranjeiras do Sul-PR, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e posteriores alterações...

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022-PMIS
O Município de Laranjeiras do Sul-PR, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e posteriores alterações...

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022-PMIS
O Município de Laranjeiras do Sul-PR, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e posteriores alterações...

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022-PMIS
O Município de Laranjeiras do Sul-PR, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e posteriores alterações...

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136
PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022-PMIS
O Município de Laranjeiras do Sul-PR, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/1993 e posteriores alterações...

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE LARANJEIRAS DO SUL-PR
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022
ALTERADA CONFORME RESOLUÇÃO 4.963/2021
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410
CNPJ: 04.958.548/0001-08
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Laranjeiras do Sul
Regime Próprio de Previdência Social do Município de Laranjeiras do Sul - PR
Dezembro de 2021
Sumário
1 Introdução
2 Definições
3 Gestão Previdenciária
4 Comitê de Investimentos
5 Modelo de Gestão
6 Diretrizes Gerais
7 Segregação de Massa
8 Meta de Retorno Esperado
9 Aderência das Metas de Rentabilidade
10 Carteira Atual
11 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação
12 Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro
12.1 Relatório Foco
12.2 Perspectiva
13 Alocação Objetiva
14 Apropriação de ativos financeiros
15 Gestão de Risco
16 Risco de Mercado
17 VaR
18 Risco de Crédito
19 Abordagem Qualitativa

1 Introdução
O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL-PR - FUNPREV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a Previdência Social dos Servidores, conforme estabeleça a Lei nº 046/2001 de 26 de dezembro de 2001 e suas alterações. Subordina-se ainda aos ditames da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos geradores do plano de benefício administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS DO SUL-PR.
A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Comitê de Investimentos do FUNPREV na reunião ordinária do dia 22/12/2021 e pelo Conselho Municipal de Previdência em 23/12/2021.
A Política de Investimentos é um dos processos estratégicos do RPPS, pois a adequada administração dos ativos é fundamental para que se assegure a sua sustentabilidade. Sua formulação representa instrumento para a observância dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, diversificação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência na aplicação dos recursos, e na avaliação de seus riscos. Seu conteúdo deve ser disponibilizado anualmente à Secretaria de Previdência - SPREV da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPT do Ministério da Economia, por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, conforme art. 1º da Portaria MPS nº 519/2011, art. 22 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 5º, XVI, 'g' da Portaria MPS nº 204/2008.
A Política de Investimentos (ou Plano Anual de Investimentos) não se limita à obrigatoriedade de elaboração de um documento anual, mas se constitui em importante instrumento de planejamento, por definir o índice referencial de rentabilidade a ser buscado pelos gestores no exercício seguinte, estabelecer estratégias de alocação, diretrizes e metas de investimentos, bem como permitir monitorar ao longo do ano, por meio de relatórios de acompanhamento, os resultados que forem sendo alcançados durante a sua execução.
Compõem a presente política de investimentos os seguintes elementos:
a) Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro; objetivando diretrizes que orientam a gestão do fundo para o ano seguinte; cenários que pautam as projeções financeiras, tendo em vista os limites de enquadramento para aplicação por segmento e modalidade, definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021.
b) Definição das estratégias de alocação; resultados esperados das projeções financeiras; limites mínimos e máximos de enquadramento e estratégias de investimento para cada segmento de aplicação financeira.
c) Gestão de investimentos, considerando sua estrutura, propostas de aprimoramento, critérios de credenciamento para escolha das instituições financeiras e dos produtos financeiros onde os recursos do RPPS serão aplicados.

2 Definições
Ente Federativo: Município de Laranjeiras do Sul-PR
Unidade Gestora: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR
CNPJ: 04.958.548/0001-08
Meta de Retorno Esperada: IPCA + 5,04% a.a.
3 Gestão Previdenciária
A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS nº 185/15 e alterações, tem por objetivo incentivar ao FUNPREV a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garante que os envolvidos no processo decisorio do FUNPREV cumpram seus códigos de conduta pré-estabelecidos a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.
Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Municipal de Previdência, o órgão superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.
Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste Regime Próprio de Previdência, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.
As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4 Comitê de Investimentos
Os membros se reunirão e deliberarão sempre que necessário nos termos da Legislação. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Municipal de Previdência.
A maioria dos membros do Comitê de Investimentos devem ser aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecimento capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, com conteúdo mínimo estabelecido no anexo da Portaria MPS nº 519/2011, e que contemple módulos que permitam atestar a compreensão das atividades relacionadas à negociação de produtos de investimentos. Os membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:
Tipo de Certificação Profissional: Certificação Gestor RPPS
Certificação mínima exigida: Maioria dos Membros
Quantidade de membros certificados atual: 05
O FUNPREV deve sempre atender para a data de vencimento das certificações, pois se a maioria do Comitê de Investimentos não estiver certificada restará inviabilizada a emissão de novo Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

5 Modelo de Gestão
A gestão das aplicações dos recursos do FUNPREV, de acordo com o Artigo 3º, §5º, Inciso II da Portaria MPS nº 519/11 e alterações, SERÁ PRÓPRIA, ou seja, o FUNPREV realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos sendo respeitados todos os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.
No tocante ao risco de liquidez este será sempre avaliado tendo por base o não comprometimento dos pagamentos futuros dos beneficiários previdenciários. O risco de mercado, inerentes aos segmentos de renda fixa e de renda variável e de menor poder de gestão e mitigação, por parte dos gestores e do Comitê de Investimentos, serão controlados e acompanhados sistematicamente e deverão ser esclarecidos e compreendidos em casos de significativas volatilidades, positivas e negativas.
As metas para os custos administrativos decorrentes dessas decisões serão verificadas e acompanhadas devendo guardar correlação com a média praticada pelo mercado para cada modalidade de investimento.
Considerando a alteração promovida no Artigo 15 da Portaria MPS 402/2008, pela Portaria SEPT nº 19.451/2020 os entes federativos deverão adequar a legislação local aos novos parâmetros da Taxa de Administração durante o exercício de 2021. Para aqueles que não adequarem, continua prevalecendo a antiga regra de até 2% da folha de ativos e inativos do ano anterior, ou outro limite definido em legislação local.
Será permitida, conforme este recente ordenamento legal quanto ao percentual para a manutenção ou contratação de consultorias de investimentos para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja credenciada e devidamente autorizada a funcionar pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, além de apresentar todos as certidões atualizadas e de, mediante pesquisa, fique assegurado que esta manutenção, ou contratação, observa os melhores princípios da boa administração pública e elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.

6 Diretrizes Gerais
Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do FUNPREV, bem como procurar evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.
Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de 2022. O horizonte de planejamento utilizadono sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2022. A política atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.963/2021 e ao disposto na Portaria MPS nº 519/11 e alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.
Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apraqueamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021.
Havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do FUNPREV, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

7 Segregação de Massa
O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.
8 Meta de Retorno Esperado
Para o exercício de 2022 o FUNPREV prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,04% a.a.
A escolha do IPCA justifica-se devido ao fato de ser o índice de medida da inflação oficial no Brasil, que tem a melhor metodologia de cálculo, subsidiando a verificação do valor real do patrimônio financeiro com a sua adição ao juro nominal.
Conforme determina a Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, a taxa de desconto atuarial efetiva máxima real admittida nas projeções atuariais será a resultante do disposto no Art. 26, conforme:
Art. 26. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes:
I - do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime; e
II - da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.
A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.
A Portaria SPREV nº 6.132, de 25 de maio de 2021, define a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, e apresentou a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.
Logo, para definição da taxa de juros real a ser utilizada para composição da meta atuarial, deve-se observar o menor valor entre a taxa de 5,04% e o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS.
Adotamos a taxa de juros real de 5,04% a.a. por ser a taxa referencial fixada pela

Portaria nº 6.132/2021, ainda que diante da possível recuperação da economia no exercício de 2022, seja factível obter rendimento superior à meta fixada.

9 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos ainda que a meta atuarial assumida pelo FUNPREV nos últimos dois anos atingiu os percentuais abaixo:

- 2020: (IPCA+5,89% a.a.)
- 2021: (IPCA+5,47% a.a.)

O ativo do plano se comportou da seguinte forma nos últimos dois anos:

Ano da base de dados da Avaliação Atuarial	Valor do Ativo Líquido - R\$
2020	5,89%
2021	5,47%

10 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/10/2021.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN nº 4.963/2021)	CARTEIRA %
Renda Fixa	100%	100%
Renda Variável	30%	0,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%
Investimentos Estruturados	10%	0,00%
Fundos Imobiliários	5%	0,00%
Empréstimo Consignado	5%	0,00%

11 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do FUNPREV e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- ✓ A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- ✓ Os respectivos limites de diversificação e concentração.

12 Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro

Retrospectiva Macroeconômica

Sobre a pandemia, ainda que o nível de atenção com o eventual aumento do número de novos casos diários de infecção por Covid-19 continue elevado, e isso até que seja minimamente debelada, não trouxe novos eventos relevantemente negativo do ponto de vista dos mercados para o mês de Outubro. Até o presente momento continuamos observando um crescente avanço de programas de vacinação e, ainda que haja pelo mundo alguns pontos de aumento do número de contágios e de mortes, em linhas gerais a dinâmica de contenção da pandemia vem se comportando de forma positiva.

MERCADOS INTERNACIONAIS

Com a ausência de eventos relevantes no cenário internacional para o mês de outubro, já precificando menor crescimento chinês e ainda observando uma aceleração inflacionária global, as atenções continuaram concentradas nos próximos movimentos do FED, especialmente sobre as expectativas do início de redução do "tapering", oficialmente comunicado no início de novembro, e sinalizações de quando poderia ocorrer uma elevação de taxa de juros no mercado americano.

Falando um pouco sobre o mercado de renda fixa americano, e por conta da puxada inflacionária também por lá, em outubro a curva de juros das "Treasures" subiu na ponta mais curta, cerca de 20 pontos-base entre os vencimentos de dois a cinco anos, ficando quase que estável entre dez e vinte anos e fechando um pouco a partir daí. Já o mercado de renda variável, a grosso modo, beneficiado por uma boa safra de divulgação de balanços positivos, apresentou forte desempenho, fechando próximo de sua máxima histórica.

Sobre alguma sinalização acerca da redução de taxa de juros americana, hoje entre 0% e 0,25%, o Fed disse estar preparado para ajustar sua política monetária, caso surjam

riscos, mas, também espera manter essa acomodação até que as metas para inflação e emprego sejam atingidas. O fato é que há pressão inflacionária, associada também a um maior vigor econômico e os números do mercado de trabalho americano vieram positivos, acima das expectativas de mercado, conforme divulgação do último "payroll", com redução da taxa de desemprego, de 4,8% para 4,6%. De qualquer forma, ainda não há sinalização clara de elevação da taxa de juros por parte do Fed ou mesmo do BCE, mas, as pressões vêm aumentando.

Concluindo aqui os comentários internacionais, e com destaque para inflação, na Alemanha inflação de outubro ficou em 4,5%, maior nível de inflação desde 1993, mas, em linha com a projeção de mercado. Na China, considerando os custos industriais para os últimos doze meses, houve a divulgação do índice mais elevado em relação aos últimos 26 anos, de 13,5%, em consequência dos novos focos de Covid-19 e aumento de preços de alimentos e energia, incluindo aí mais recentemente o aumento de custos de embarque marítimo, frente a retomada econômica mundial. Nos EUA, e já aguardado pelos mercados, foi divulgada a maior alta acumulada em 12 meses nos últimos 30 anos, em torno de 6,2%, puxada por alimentos, combustíveis, automóveis e habitação, dentre outros.

Por conta do nível de discussões e de diferentes dinâmicas de recuperação, considerando ainda riscos inflacionários globais e um menor crescimento na China, o PIB Global ainda tende a apresentar bom crescimento em 2021, face aos estímulos e maior abertura dos mercados nas principais economias do mundo. Assim, o mercado internacional continua apresentando um cenário relativamente mais favorável e menos desafiador que o mercado local, em especial o americano.

BRASIL

Agregando o avanço inflacionário novamente acima do esperado, dúvidas fiscais mais acentuadas e acirramento de tensões políticas entre os três poderes, outubro também apresentou mais um mês de má performance para os mercados locais, com ênfase maior para ativos de maior risco. Dito de outra forma, quase que um pouco mais do mesmo no que diz respeito à direção, porém, com intensidade negativamente maior, assim foi outubro.

Sobre a pandemia, os números de novos casos de contágio por Covid-19 no Brasil continuam caindo, de 15.385, observados em 11.10.2021, para 10.501, em 10.11.2021, conforme dados. Esses números ainda se encontram em patamares altos, mas, continuam apresentando consistente queda. Em linhas gerais, os programas de vacinação vêm sendo cumpridos de forma satisfatória. Essa dinâmica de queda continua sendo um fator positivo para a atividade econômica local.

Com enfoque maior no campo político e fiscal, e olhando de outubro para adiante, o

cenário de incertezas internas não apresentou melhora, pelo contrário. Sem muito impacto nos mercados, a leitura do relatório final da CPI da Covid-19 apresentou o pedido de indiciamento, por diversos crimes cometidos ao longo da pandemia, do presidente da república e de outras 75 pessoas, e duas empresas, em linha com o que já vinha sido sinalizado por seu relator, aumentando um pouco mais a pressão política, já em alta temperatura. Adicionalmente, e aí sim de forma relevante, houve um importante agravamento de expectativas sobre o cumprimento do teto de gastos e responsabilidade fiscal, em especial sobre o financiamento do novo bolsa família, em ano pré-eleitoral.

Não foi bem digerido pelo mercado o trecho da fala de Paulo Guedes, durante evento promovido pela Abraic em 20.10.2021, naquela altura, sobre uma potencial ruptura do teto de gastos, tão temida pelos investidores, através do uso de uma "licença com número limitado" a pouco mais de R\$ 30 bilhões para financiar o Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família.

Após o anúncio, houve pelo menos quatro importantes baixas no ministério da economia, sendo duas delas os pedidos de exoneração do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, e do secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. Foram dois dias seguidos de fortes quedas do Ibovespa durante e no fechamento desses dois pregões, e, os juros futuros apresentaram forte alta.

Quanto à inflação, a sinalização do IBGE trouxe números acima das expectativas de mercado, surpreendendo negativamente. O IPCA de outubro ficou em 1,25%, acima da expectativa de mercado, que era de 1,05%, acumulando alta de 8,24% no ano. Este é o maior índice para o mês de outubro desde 2002. O IPCA nos últimos 12 meses, de 10,67%, também ficou acima da expectativa, que era de 10,45%. Com alta generalizada dos nove grupos de produtos e serviços, o destaque de alta ficou para transportes, com alta de 2,62%, por conta dos combustíveis, seguido pela alta nos preços de alimentos e habitação.

12.1 Relatório Focus

Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), as projeções para 2021 subiram de 9,33% para 9,77%, alta pela 32ª semana. Para 2022, a previsão para o IPCA subiu de 4,63% para 4,79%. Para 2023, as estimativas ficaram em 3,32% ante 3,27% na semana anterior. O índice caiu de 3,10% para 3,09% nas projeções para 2024.

A projeção para a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) saiu de 4,93% para 4,88% este ano. Para 2022, a estimativa caiu de 1,00% para uma alta menor de 0,93%. As projeções permaneceram em alta de 2,00% para 2023 e para 2024 também houve redução para 2,00%.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permaneceu em R\$ 5,50

para este ano e para 2022, em R\$ 5,30 para 2023 e leve alta de R\$ 5,20 para R\$ 5,25 em 2024.

A projeção para a taxa básica de juros, a Selic, ficou em 9,25% para 2021, em 11% para 2022. Já para 2023 se elevou de 7,50% para 7,75% e em 2024 permaneceu em 7,00%.

12.2 Perspectiva

Com relação as expectativas quanto ao Brasil, seguimos acompanhando a eficiência no processo de imunização e acompanhando as decisões do Banco Central com relação a política monetária, que indica seguir contracionista, tendo em vista o crescimento da inflação, que segue pressionando os preços ao consumidor e os estímulos na economia, que indicam continuidade na elevação da taxa básica de juros.

Segue também no radar a aprovação de reformas e a intensidade na sua elaboração, bem como o quadro fiscal, grave endividamento e teto de gastos, pois caso aconteça desajuste fiscal gerando a desconflância no investidor estrangeiro poderia gerar também um aumento brusco na taxa de juros e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para o atual momento da economia.

Com todas as oscilações do mercado, as expectativas seguem o plano de vacinação contra o Covid-19 e as aulas de reformas sem definição pelo governo, sugerindo cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo e aguardando uma queda na volatilidade dos ativos e seguindo com um acompanhamento diário do cenário.

Em relação às expectativas internacionais, segue no radar o aumento dos casos da COVID-19 em países europeus, onde já apresentamos medidas restritivas para o comércio. Porém, a vacinação no mundo continua crescendo, o que acaba impactando positivamente o cenário voltado à pandemia.

Monitoramos também a aceleração inflacionária global, que já é responsável pelo início de medidas contracionistas nos EUA. O Fed já sinaliza redução dos estímulos monetários e possível elevação da taxa de juros no mercado americano.

Dessa forma, apesar do menor crescimento da China em relação às expectativas anteriores, as perspectivas para o exterior ainda são de crescimento do PIB global. Em paralelo, identificamos uma maior pressão inflacionária, que pode elevar os juros globais. Entretanto, o mercado internacional ainda apresenta um cenário mais favorável do que o local.

13 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

13.1 Renda Fixa – Artigo 7º da Resolução CMN Nº 4.963/2021

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos de Emissão do Tesouro Nacional (Selic)	100%	0%		100%	Art. 7º, I, "a"
FI Renda Fixa					
100% Títulos Públicos	100%	0%	81,10%	100%	Art. 7º, I, "b"
FI Índices RF (ETF)					
100% Títulos Públicos	100%	0%		100%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	0%		5%	Art. 7º, II
FI Renda Fixa - Geral	60%	0%	18,90	60%	Art. 7º, III, "a"
ETF – Índices de Renda Fixa – Geral	60%	0%		60%	Art. 7º, III, "b"
Ativos de RF – Emissão de Instituições Financeiras Bancárias	20%	0%		20%	Art. 7º, IV
FIDC Sênior	5%	0%		5%	Art. 7º, V, "a"
Renda Fixa – Crédito Privado	5%	0%		5%	Art. 7º, V, "b"
Fundos de Debêntures de Infraestrutura	5%	0%		5%	Art. 7º, V, "c"

13.2 Renda Variável – Artigo 8º da Resolução CMN Nº 4.963/2021

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Enquadramento
Fundos de Ações	30%	0%		30%	Art. 8º, I
Fundos de Índices de Mercado – ETF	30%	0%		30%	Art. 8º, II

13.3 Investimentos no Exterior – Artigo 9º da Resolução CMN Nº 4.963/2021

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Enquadramento
FI Renda Fixa – Dívida Externa	10%	0%		10%	Art. 9º, I
FI Aberto – Investimento no Exterior	10%	0%		10%	Art. 9º, II
Fundos de Ações – BDR Nível I	10%	0%		10%	Art. 9º, III

13.4 Investimentos Estruturados – Artigo 10º da Resolução CMN Nº 4.963/2021

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Enquadramento
Fundos Multimercados	10%	0%		10%	Art. 10º, I
Fundos em Participações (FIP)	5%	0%		5%	Art. 10º, II
Fundos de Ações – Mercado de Acesso	5%	0%		5%	Art. 10º, III

13.5 Fundos Imobiliários – Artigo 11º da Resolução CMN Nº 4.963/2021

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Enquadramento
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%		5%	Art. 11º, Caput

13.6 Empréstimo Consignado – Artigo 12º da Resolução CMN Nº 4.963/2021

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Enquadramento
Empréstimo Consignado	5%	0%		5%	Art. 12º, I

14 Aproveitamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o FUNPREV aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

15 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

O FUNPREV poderá editar, seguindo o mesmo método de aprovação para a política de investimentos, manual complementar ou política complementar de gestão de riscos, documento este anual e que será divulgado da mesma forma que a política de investimentos, sem prejuízo das disposições aqui realizadas.

Por fim, a Divisão de Gestão de Recursos e Apoio ao Comitê de Investimentos é a área específica dentro do FUNPREV com a função de acompanhar e monitorar continuamente os riscos de todas as posições dos recursos investidos, do cumprimento dos indicadores definidos por segmento e alocação e produto, de análise diário do comportamento do mercado e dos investimentos da entidade. Os relatórios com os indicadores citados deverão ser avaliados pelo Comitê de Investimentos.

16 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do VaR (Value at Risk) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

17 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do VaR por cota, com o objetivo do FUNPREV controlar a volatilidade da

cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (VaR) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5%
Renda Variável	20%
Investimento no Exterior	20%
Investimentos Estruturados	20%
Fundos Imobiliários	20%
Empréstimo Consignado	Não se aplica

18 Risco de Crédito

18.1 Abordagem Qualitativa

O FUNPREV utilizará para essa avaliação de risco de crédito os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil, quando do processo de credenciamento da instituição e do fundo objeto de aplicação, o qual deverá passar por análise prévia.

Durante o processo de atualização de credenciamento dos fundos, se for verificado algum descredenciamento dos ativos com relação aos ratings estipulados no corte desta P.I., o Comitê de Investimentos analisará o caso em questão, levando em consideração o volume dos recursos e o tipo de fundo ao qual o recurso pertence e verificará se haverá necessidade de desinvestimento, encaminhando as medidas deliberadas para referendo do Conselho Municipal de Previdência.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o rating de Gestão de cada um deles.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo); Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos:

Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros existe a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MPS nº 519/11 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos

legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos.

A entidade conta com procedimento próprio de credenciamento no qual observa os parâmetros mínimos.

Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de compliance que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do FUNPREV;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

No transcorrer do período em que esta P.I. estiver em vigência há a possibilidade de ocorrência de desenquadramento passivo, quando um limite é suplantado em função de acontecimentos que independem da vontade ou da ação dos gestores do FUNPREV. Como exemplos típicos pode-se citar (i) um segmento, onde há recursos aplicados, tem uma performance extraordinária, levando o valor aplicado para além de seu limite; (ii) quando um investidor realiza um resgate determinando uma situação para outros investidores, que ficam

com os recursos aplicados, acima do permitido pela legislação em vigor. O desenquadramento passivo pode ocorrer em relação aos limites que devem ser observados tanto na proporção do PL do fundo, quanto na proporção do PL do Instituto.

Neste caso, o servidor do FUNPREV responsável por acompanhar os eventuais desenquadramentos deverá tratar caso a caso:

- ✓ Verificar e detalhar a ocorrência, informando em relatório próprio os dados que identifique corretamente a situação:
 - Fundo(s) no qual a ocorrência foi observada;
 - Magnitude do(s) evento(s);
 - Sugestões para o reenquadramento.
- ✓ Convocar ou solicitar a convocação do Comitê de Investimento para dar ciência da ocorrência e analisar as sugestões de reenquadramento;
- ✓ Dar procedimento às alterações e medidas deliberadas para que elas sejam devidamente implementadas dentro do prazo estabelecido pela Resolução 4.963/2021;
- ✓ Informar ao Conselho Municipal de Previdência as decisões e procedimentos, devidamente justificadas e fundamentadas, para referendo.

19 Vedações

O Comitê de Investimentos não pode aplicar em gestores que tenham sob gestão, segundo o ranking Anbima, volume de recursos menor do que R\$ 6 bilhões, exceto se obtiver aprovação prévia do Conselho Municipal de Previdência.

20 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio de publicação em diário oficial do município, dada sua relevância, a política de investimentos e os relatórios de acompanhamento dos resultados deverão ser disponibilizados no diário oficial do Município, a fim de conferir maior transparência ao processo, permitindo a consulta por qualquer interessado.

O Regime Próprio deverá elaborar relatórios mensais, acompanhados de parecer do comitê de investimentos e aprovação do Conselho fiscal, de acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos à política de investimentos.

Ademais, o Comitê de Investimentos deverá elaborar: plano de ação mensal com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos; elaborar

relatórios mensais de diligências de verificação de lastros relativos aos títulos ou a papéis incluídos em operações estruturadas adquiridas por meio de veículos de investimentos; e de acompanhamento sistemático da situação patrimonial, fiscal, comercial e jurídica das instituições investidas.

Por fim, de acordo com o parágrafo 3º, do Art. 1º, da Portaria nº 519/11, O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

Laranjeiras do Sul-PR, 23 de Dezembro de 2021.

Aprovada pelo Comitê de Investimentos na reunião ordinária de 22/12/2021:

Aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência na reunião ordinária de 23/12/2021:

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

GILSON FERREIRA CELLA DEONILDO DE NEZ
DIRETOR PRESIDENTE DO RPPS DIRETOR FINANCEIRO DO RPPS

SINTIA T. CORDEIRO
DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E ATUARIAL DO RPPS - CGRPPS N.º 1380/APIMEC

RENATA MARQUETTI ROSSETIN
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CGRPPS N.º 1377/APIMEC

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 039/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo n.º 221, da Lei Municipal n.º 30/2004 de 15/07/2004 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis) do Município de Laranjeiras do Sul-PR:

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, a Servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/06/1994 a 31/05/2004.

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	MATR.	PERÍODO
Elvira de Lima	SEMECT	Auxiliar de Serviços Gerais	18261-1	25/02/2022 a 25/08/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 03 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 040/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, de acordo com o Artigo 93 da Lei Municipal 30/2004 de 15/07/2004 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis) do Município de Laranjeiras do Sul-PR e atestado médico específico, à Servidora abaixo relacionada.

MATR.	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO
46582-1	Jessica Osviany	Professora do Ensino Infantil/Fundamental	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo	24/02/2022 a 22/08/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 03 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 041/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

EXONERAR, a Senhora abaixo relacionada de acordo com o Artigo 69 Inciso V da Lei Municipal n.º 30/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis) do Município de Laranjeiras do Sul-PR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão de Concessão de Aposentadoria concedida através do Regime Próprio de Previdência Social RPPS.

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	MATR.	DATA DA EFETIVA EXONERAÇÃO
Vera Lucia dos Santos	SEMECT	Auxiliar de Manutenção e Conservação I	415811	01/03/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 03 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 042/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

EXONERAR (à pedido), de acordo com o Artigo 69 Inciso I, da Lei Municipal n.º 30/2004, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis) do Município de Laranjeiras do Sul-PR, de 15 de Julho de 2004, os Servidores abaixo relacionados pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

MATR	NOME	LOTAÇÃO	CARGO	NIVEL	DATA DA EFETIVA EXONERAÇÃO
49476-1	Juliane Aparecida Ferraz Rosa Coelho	Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família	Assistente Social	T-01	01/03/2022
49263-1	Kelli Cristina Hortiz	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo	Auxiliar de Manutenção e Conservação I	A-01	01/03/2022
28762-1	Maria Alves	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo	Auxiliar de Manutenção e Conservação I	A-05	01/03/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 03 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 043/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo n.º 91, § 2º da Lei Municipal n.º 30/2004 de 15/07/2004 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis) do Município de Laranjeiras do Sul-PR, e de acordo ainda com atestado médico específico:

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA EM RAZÃO DE PESSOA DOENTE DA FAMÍLIA, (Conjuge) à Servidora abaixo relacionada, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	MATR.	PERÍODO
Ivanir de Fátima Scarpani	SEMECT	Professora de Artes	47473-1	16/02/2022 a 15/03/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 03 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 044/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL, de acordo com o Artigo n.º 30, § 1º, da Lei Municipal n.º 056/2017 de 07/12/2017, à Servidora abaixo relacionada, em razão de Habilitação por parte da mesma, a contar de 01 de Março de 2022.

MATRICULA	NOME	LOTAÇÃO	CARGO	DO NÍVEL	PARA O NÍVEL
41556-1	Jaqueline Botesini	SEMECT	Professora do Ensino Infantil/Fundamental	B-05	C-05
49379-1	Jaqueline Botesini	SEMECT	Professora do Ensino Infantil/Fundamental	B-01	C-01

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 04 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 046/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo n.º 65 Inciso IX, da Lei Orgânica do Município:

CONCEDER PENSÃO:

Em cota Vitalícia, na ordem de 100% (Cem por cento) a cônjuge a Sr.ª **MARIA APARECIDA DUARTE DA SILVA** de acordo com o Artigo 40, § 7º da CF, c/c art. 7º da EC 41/03 com os proventos mensais de R\$ 3.176,83 (Três mil, cento e setenta e seis reais e oitenta e três centavos) em razão do óbito ocorrido do Ex-Servidor Público Municipal Estatutário (Aposentado) o Sr. **ATAÍDE CARLOS DA SILVA**, ocorrido na data de 16 de Fevereiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 04 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

Gilson Ferreira Cella
Diretor Presidente do IAPSPMS-PR

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 047/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

EXONERAR (à pedido), de acordo com o Artigo 69 Inciso I, da Lei Municipal n.º 30/2004, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis) do Município de Laranjeiras do Sul-PR, de 15 de Julho de 2004, o Servidor abaixo relacionado pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

MATR	NOME	LOTAÇÃO	CARGO	NIVEL	DATA DA EFETIVA EXONERAÇÃO
49085-1	Ruilan Matos Cezar de	Departamento Rodoviário Municipal	Auxiliar de Manutenção e Conservação II	A-01	02/03/2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, 07 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua. Exp. João Maria, 1020, Centro - CEP: 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95
Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 048/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município:

TORNAR PÚBLICO

1.ª - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal de nº 001/2019, homologado através do Edital de nº 011/2019 de 22/04/2019, para assumir a vaga para o cargo a que foram habilitados.

2.ª - Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos no Edifício da Prefeitura Municipal, sito à Rua Expediente João Maria, n.º 1020 Centro, CEP: 85301-410, entre os dias 09 a 22 de março de 2022, em horário normal de expediente.

GRUPO OCUPACIONAL: **PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FUNDAMENTAL/INGLÊS**
CARGO: **PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA/ENSINO**

NOME	NÚMERO INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
Cristian Nahum Donha Liberato	064139	11ª

GRUPO OCUPACIONAL: **OPERACIONAL AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO I**

NOME	NÚMERO INSCRIÇÃO	COLOCAÇÃO
Ana Paula Meidanski	061222	34ª
Poliane Padilha da Rosa	053789	35ª
Josicélia da Aparecida do Nascimento Souza	058325	36ª
Solange Aparecida Longen Bes	062287	37ª
Patrícia Costa Cristo	055940	38ª
Eduarda Lima Coutinho	061703	39ª
Cristiane Fontoura Wille	061877	40ª
Indiamara de Fátima Jacomino Muhl	063336	41ª
Bruna Moara Freitas Bordin	059765	42ª
Vera Lucia Bechtold	063655	43ª

3.ª - Os Candidatos classificados deverão apresentar-se portando os documentos abaixo relacionados para Nomeação, sob o Regime Jurídico ESTATUTÁRIO de acordo com o Item 3.1 do Edital de n.º 001/2019.

- a) Cédula de Identidade
- b) CPF em situação regular perante à Receita Federal e compatível com a Certidão de Nascimento ou Casamento
- c) PIS/PASEP - 6/13 do PIS (Caixa Econômica Federal)
- d) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição
- e) Certificado de Reservista (se do sexo masculino)
- f) Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos
- g) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso)
- h) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos
- i) Carteira de Trabalho (parte da foto, frente e verso, e o último contrato)
- j) Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC
- k) Declaração de não acumulação de cargo, com firma reconhecida (em original), nos termos do art. 37 da Constituição Federal (modelo no RH)
- l) Declaração quanto ao Exercício de outro Cargo, emprego ou função pública, e sobre recebimento de proventos decorrente de aposentadorias, pensão e outras rendas;
- m) Declaração do Órgão Público a que esteja ou tenha sido vinculado, em qualquer tempo, de que não sofreu penalidades por práticas de atos desautorados no exercício da Função Pública;
- n) Duas fotos 3x4 recentes
- o) Declaração de bens e direitos (caso esteja obrigado)
- p) Demais documentos solicitados: CNH ou Carteira de Registro Profissional
- q) Certidão de Antecedentes Criminais
- r) Comprovante de residência, atualizado (90 dias)
- s) Exame Admissional.

4.ª - O não comparecimento no local e até a data estabelecida no Artigo 2º implicará na perda dos direitos advindos do Concurso de acordo com o Artigo 13, Item 13.2 do Edital de número 001/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de Março de 2022.

Jonatas Felisberto da Silva
Prefeito Municipal

SANGUE + DOAÇÃO
é ver sua vida correr em outras veias!
(Sergio Fornasari)

Correio DO POVO DO PARANÁ

SUDOESTE TRANSPORTES

Ligue sempre que precisar
0800 041 3223

Comercial/Vendas Pendências de Entrega
Cotação Coleta SAC

Encomendas
ATENDEMOS 100%

Passagens
PR, SC e SP
Consulte nossos pacotes empresariais.

Atendendo o Sudoeste, Oeste do Paraná e ligação para Joinville - SC.

SIGA A SUDOESTE
sudoestetransportes.com.br

As pessoas nunca buscaram por tanta informação. Esse é o momento de você anunciar aqui.

Números de candidatos à maioria de LS se iguala a de 1982; escrito cinco chapas

Números de candidatos à maioria de LS se iguala a de 1982; escrito cinco chapas

1430 anos, o que faz parte da história da Curitiba, está aqui!

Fale com a gente
(42) 3635-2944

Correio DO POVO DO PARANÁ

CURTA A PÁGINA DO CORREIO DO POVO DO PARANÁ

www.facebook.com/JornalCorreio

ANEXO V TABELA DE VENCIMENTOS E (FGs) DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ÁREA ADMINISTRATIVA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL-LEI MUNICIPAL 049/2015

Table with 2 columns: FUNÇÕES GRATIFICADAS (FG) and VALOR. Lists FG 01 to 08 with corresponding values.

Table with 12 columns: NIVEL, R-01, R-02, R-03, R-04, R-05, R-06, R-07, R-08, R-09, R-10, R-11, R-12. Rows A through W.

- LEGENDA: *** (Diferença de 3% de uma referência para outra, relativo ao nível inicial de cada Carreira). A: Auxiliar de Manutenção e Conservação I; B: ...; C: ...; D: ...; E: ...; F: ...; G: Telefonista; H: Segurança Municipal; I: Artífice de Obras (Carpinteiro, Pedreiro, Pintor, Encanador, Eletricista e Pintor de Placas e Painéis); J: Agente de Manutenção, Instrutor Desportivo, Professor de Educação Física; K: ...; L: Agente Administrativo I, Motorista de Ônibus, Motorista; M: Agente Administrativo II, Operador de Máquinas, Agente de Fiscalização I; N: Médico Veterinário 20 hs, Agente Administrativo III, Oficial Administrativo I, Oficial de Serviços, Topógrafo, Agente de Fiscalização II, Agente de Fiscalização Urbana; O: Oficial Administrativo II, Administrador de Redes; P: Assistente Administrativo, Arquiteto, Técnico em Desenho, Engenheiro Civil 20 hs, Oficial Administrativo III, Técnico em Agropecuária; Q: Técnico em Processamento de Dados, Agente Administrativo IV; Instrutor de Música.

- R: Agente de Fiscalização III, Assistente Administrativo II; S: Contador, Auditor Fiscal de Tributos; T: Assistente Social, Engenheiro Agrícola, Engenheiro Agrônomo, Fonoaudiólogo, Médico Veterinário 40 hs, Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo, Analista de Sistemas, Gestor de Projetos; U: Gestor de Convênios, Técnico em Licitações; V: Procurador Jurídico, Oficial Administrativo IV; W: Técnico em Contabilidade.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná. Gabinete do Prefeito Municipal. ANEXO III TABELA DE VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (PROFESSOR). Table with 16 columns (C-1 to C-16) and 4 rows (A, B, C, D).

- Varição: 2% para cada classe de 02 anos a partir da Classe (02). A: Magistério Superior (Graduação); B: Pós-Graduação; C: Mestrado; D: ...

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná. Gabinete do Prefeito Municipal. ANEXO III TABELA DE VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS). Table with 12 columns (C-01 to C-12) and 16 rows (E through R).

- Varição: 3% para cada classe de 03 anos. E: Assistente Social; F: Inspetor de Alunos; G: Fonoaudiólogo; H: Instrutor de Música; I: Merendeira; J: Motorista do Transporte Escolar, Professor de língua estrangeira moderna do ensino fundamental (Inglês); K: Nutricionista; L: Pedagogo; M: Professor de Educação Física (licenciado); N: Psicólogo; O: Zelador Escolar; P: Professor de Artes; Q: Secretário Escolar; R: ...

ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO. Table with 12 columns (R01 to R12) and 28 rows (A* through R*). Includes sub-tables for REFERÊNCIAS and RA through SB.

Table with 12 columns (RA through SB) and 1 row. Values for each category.

- Varição 3% Legenda das Letras: A- Auxiliar de Saúde - Auxiliar de Farmácia; B- Auxiliar de Consultório Odontológico; C- Auxiliar de Enfermagem; D- Técnico em Enfermagem; E- Médico Veterinário 20 horas; E-A1 Médico Veterinário 20 horas C/ 1º ESP; E-B1 Médico Veterinário 20 horas C/ 2º ESP; F- Técnico em Radiologia- Enfermeiro Auditor; F-A1 Enfermeiro Auditor C/ 1º ESP; F-B1 Enfermeiro Auditor C/ 2º ESP; G- Agente Comunitário de Saúde; H- Agente de Combate a Endemias; I- Bioquímico - Enfermeiro - Fisioterapeuta - Fonoaudiólogo - Nutricionista - Psicólogo - Assistente Social - Farmacêutico; I-A1 Fonoaudiólogo C/ 1º ESP - Nutricionista C/ 1º ESP - Psicólogo C/ 1º ESP - Assistente Social C/ 1º ESP - Enfermeiro C/ 1º ESP - Bioquímico C/ 1º ESP - Bioquímico C/ 1º ESP - Fisioterapeuta C/ 1º ESP - Farmacêutico C/ 1º ESP; I-B1 Fonoaudiólogo C/ 2º ESP - Nutricionista C/ 2º ESP - Psicólogo C/ 2º ESP - Assistente Social C/ 2º ESP - Enfermeiro C/ 2º ESP - Bioquímico C/ 2º ESP - Bioquímico C/ 2º ESP - Fisioterapeuta C/ 2º ESP - Farmacêutico C/ 2º ESP; J- Dentista (40 hs); J-A1 Dentista (40 hs) C/ 1º ESP; J-B1 Dentista (40 hs) C/ 2º ESP; L- Motorista de Ambulância; M- Professor de Educação Física 20 horas; M-A1 Professor de Educação Física 20 horas C/ 1º ESP; M-B1 Professor de Educação Física 20 horas C/ 2º ESP; N- Médico 20 horas - Médico Auditor; N-A1 Médico 20 horas C/ 1º ESP - Médico Auditor C/ 1º ESP; N-B1 Médico 20 horas C/ 2º ESP - Médico Auditor C/ 2º ESP; O- Médico ESF (Estratégia Saúde da Família) - 40 horas; O-A1 Médico ESF (Estratégia Saúde da Família) - 40 horas C/ 1º ESP; O-B1 Médico ESF (Estratégia Saúde da Família) - 40 horas C/ 2º ESP; P- Médico Ginecologista e Obstetra 12 hs - Médico Pediatra 12 hs; P-A1 Médico Ginecologista e Obstetra 12 hs C/ 1º ESP - Médico Pediatra 12 hs C/ 1º ESP; P-B1 Médico Ginecologista e Obstetra 12 hs C/ 2º ESP - Médico Pediatra 12 hs C/ 2º ESP; Q- Médico Pediatra 20 hs; Q-A1 Médico Pediatra 20 hs C/ 1º ESP; Q-B1 Médico Pediatra 20 hs C/ 2º ESP; R- Médico Psiquiatra 08 hs; R-A1 Médico Psiquiatra 08 hs C/ 1º ESP; R-B1 Médico Psiquiatra 08 hs C/ 2º ESP; S- Biólogo, Dentista 20 hs, Médico Clínico Geral 10 hs, Médico Perito previdenciário 10 hs; S-A1 Biólogo C/ 1º ESP - Dentista 20 hs C/ 1º ESP - Médico Clínico Geral 10 hs C/ 1º ESP - Médico Perito previdenciário 10 hs C/ 1º ESP; S-B1 Biólogo C/ 2º ESP - Dentista 20 hs C/ 2º ESP - Médico Clínico Geral 10 hs C/ 2º ESP - Médico Perito previdenciário 10 hs C/ 2º ESP

Município de Virmond. Estado do Paraná. Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000. CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122. http://www.virmond.pr.gov.br. PORTARIA 040/2022. SUMULA: Revoga gratificação. PORTARIA 041/2022. O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto no artigo 79 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, RESOLVE Artigo 1º - Revogar a portaria 058/2021 onde concede "Gratificação por encargos especiais", de 3,8% sobre o salário base, à servidora pública Efetiva no cargo de Fisioterapeuta, NOELI RIBEIRO DO NASCIMENTO portadora do RG 6.305.968-4 e CPF 913.371.609-97. Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à 01 de março de 2022. Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond em 07 de março de 2022. NEIMAR GRANOSKI Prefeito Municipal

Município de Virmond. Estado do Paraná. Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000. CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122. http://www.virmond.pr.gov.br. PORTARIA 041/2022. O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto no artigo 79 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, RESOLVE Artigo 1º - ALTERA "Gratificação por encargos especiais", nos termos do artigo 32, inciso II, da Lei 124/2012 - Virmond - PR, de 17,7% para 41,22% sobre o salário base da servidora pública Efetiva no cargo de Agente Administrativo EFIGENIA DRABRESTKI portadora do RG 7.406.804-9 e CPF 054.045.269-63. Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01/03/2022. Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, em 07 de março de 2022. NEIMAR GRANOSKI Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
Rua Rio Grande do Sul, nº 1722, Centro - CEP: 85330-000
Fone: (41) 3637-1748

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 73/2019 - PMNL, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS E A EMPRESA GERSON GERALDO NOGUEIRA EIRELI - ME, LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIBILIDADE Nº 5/2019-PMNL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 1722, Bairro Centro, CEP 85.301-380, na cidade de Laranjeiras do Sul - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 05.507.640/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, portador de cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e do CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

CONTRATADA: GERSON GERALDO NOGUEIRA EIRELI - ME, com sede a Rua Dante Alighieri, nº 2467, Bairro Centro, CEP 85.301-380, na cidade de Laranjeiras do Sul - PR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 25.135.840/0001-92, neste ato representado pelo Senhor GERSON GERALDO NOGUEIRA, brasileiro, maior, médico portador da cédula de identidade RG nº 6.124.906-0 SSP/PR e CPF/MF nº 886.271.609-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de plantões médicos, da seguinte forma: Plantão de 12hs (doze horas), sendo realizado de segunda à sexta-feira das 19hs às 07hs do dia seguinte e plantão 24hs (vinte e quatro horas), aos sábados, domingos e feriados, das 07hs às 07hs do dia seguinte, com escala mensal previamente elaborada pela secretária municipal de saúde, no pronto atendimento municipal Soverino da Rua, credenciado do SUS, no município de nova laranjeiras, para o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO
O presente termo tem por objetivo realizar a Rescisão Amigável do contrato acima citado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO
Fica rescindido de pleno direito, amigavelmente, com efeitos a partir de 01 de março de 2022, o contrato de Nº 73/2019-PMNL, ficando sem efeito qualquer vínculo em relação a direitos e obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O termo de rescisão tem respaldo na Cláusula Oitava, do contrato nº 73/2019-PMNL, e ainda no art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

E por assim acordarem, assinam o presente termo rescisão.

Nova Laranjeiras - PR, 28 de fevereiro de 2022.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS
CONTRATANTE

GERSON GERALDO NOGUEIRA
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
Rua Rio Grande do Sul, nº 1722, Centro - CEP: 85330-000
Fone: (41) 3637-1748

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura: _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF/RG nº: _____ CPF/RG nº: _____

MUNICÍPIO DE PINHÃO
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE "KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO VÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19), POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRAFICO, EM AMOSTRAS DE SWAB DA NASOFARINGE. CAIXA CONTENDO 25 TESTES COM REGISTRO NA ANVISA"

SESSÃO: 24/02/2022 às 09:00 HORAS

EMPRESA VENCEDORA:
CEPALAB LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 02.248.312/0001-44.

VALOR TOTAL: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Pinhão - PR, 07 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
Rua Rio Grande do Sul, nº 1722, Centro - CEP: 85330-000
Fone: (41) 3637-1748

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2022
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREA RURAL NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, POR MEIO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 293/2021 - IAT.

Passado o prazo recursal, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, apresentando o proponente vencedor:

PROponente	VALOR TOTAL (R\$)
HIDRONORDESTE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP CNPJ: 08.018.646/0001-05	305.643,20

Valor total dos gastos com a Licitação nº 001/2022 - Modalidade Tomada de Preços nº 001/2022: R\$ 305.643,20 (trezentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos).

Homologo e Adjudico a presente licitação.

MarquinhoPR, em 07 de Março de 2022.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
Rua 7 de Setembro, s/nº - CEP: 85368-000 - Centro - Marquinho - PR.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 114/2021
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUE URBANO NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 188/2021 - IAT.

Passado o prazo recursal, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, apresentando o proponente vencedor:

PROponente	VALOR TOTAL (R\$)
TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME CNPJ: 04.879.803/0001-66	782.700,00

Valor total dos gastos com a Licitação nº 114/2021 - Modalidade Tomada de Preços nº 008/2021: R\$ 782.700,00 (setecentos e oitenta e dois mil e setecentos reais).

Homologo e Adjudico a presente licitação.

MarquinhoPR, em 24 de Janeiro de 2022.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
Rua 7 de Setembro, s/nº - CEP: 85368-000 - Centro - Marquinho - PR.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 114/2021
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUE URBANO NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR, POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 188/2021 - IAT.

Passado o prazo recursal, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, apresentando o proponente vencedor:

PROponente	VALOR TOTAL (R\$)
TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME CNPJ: 04.879.803/0001-66	782.700,00

Valor total dos gastos com a Licitação nº 114/2021 - Modalidade Tomada de Preços nº 008/2021: R\$ 782.700,00 (setecentos e oitenta e dois mil e setecentos reais).

Homologo e Adjudico a presente licitação.

MarquinhoPR, em 24 de Janeiro de 2022.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

DECRETO Nº 016
DATA: 07/03/2022

Súmula: Desapropria, por utilidade pública, parte do imóvel urbano que abaixo menciona e abre crédito adicional especial.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 855, de 04 de março de 2022 e do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica desapropriado, por utilidade pública, parte do imóvel urbano, constante do Lote n. 185-A e 185-B-1, da Gleba n. 21 do Imóvel Catanduvas, neste Município, com área de 19.896,04m², sem benfeitorias, de propriedade de MARLENE FÁTIMA MÂNICA REVERS, nos termos da matrícula n. 16.151, Livro n. 2, do Registro Geral do Registro de Imóveis de Quedas do Iguaçu/Pr, com os seguintes limites e confrontações:

1 - PARTE DO IMÓVEL CATANDUVAS, LOTES 185-A E 185-B-1 COM ÁREA DE 7.796,04 m², DA GLEBA Nº 21:

"A poligonal tem início no marco M-0PP cravado na Rua Gaurama que faz divisa com a Rua Gaurama do Loteamento Municipal; deste, segue com o azimute de 91°46'18" e percorre 68,57 metros por linha reta e seca pela Rua Gaurama do Loteamento Municipal até o marco M-01 cravado à margem da Rua Gaurama; deste, segue com o azimute de 138°00'44" e percorre 24,04 metros por linha reta e seca que faz divisa com terrenos do Lote 185 até o marco M-02 cravado; deste, segue com o azimute de 179°46'29" e percorre 75,03 metros por linha reta e seca que faz divisa com terrenos do Lote 185-A e 185-B-1 até o marco M-03 cravado; deste, segue com o azimute de 269°38'38" e percorre 84,33 metros por linha reta e seca que faz divisa com terrenos do Lote 185-A e 185-B-1 até o marco M-04 cravado à margem da Rua Londrina; deste, segue com o azimute de 359°38'38" e percorre 95,55 metros por linha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

reta e seca pela margem da Rua Londrina que faz divisa com a Rua Londrina até o marco onde teve início esta descrição, perfazendo uma área de 7.796,04 m²."

2 - PARTE DO IMÓVEL CATANDUVAS, LOTES 185-A E 185-B-1 COM ÁREA DE 12.100,00 m², DA GLEBA Nº 21:

"A poligonal tem início no marco M-0PP cravado à margem da Rua Londrina que faz divisa com terrenos do Lote 185-A e 185-B-1; deste, segue com o azimute de 89°38'38" e percorre 108,33 metros por linha reta e seca que faz divisa com terrenos do Lote 185-A e 185-B-1 até o marco M-01 cravado; deste, segue com o azimute de 179°38'38" e percorre 120,35 metros por linha reta e seca que faz divisa com terrenos do Lote 185-A e 185-B-1 até o marco M-02 cravado; deste, segue com o azimute de 278°43'09" e percorre 109,70 metros por linha reta e seca que faz divisa com terrenos do Lote 182-A até o marco M-03 cravado à margem da Rua Londrina; deste, segue com o azimute de 359°38'38" e percorre 103,05 metros por linha reta e seca pela margem da Rua Londrina que faz divisa com a Rua Londrina até o marco onde teve início esta descrição, perfazendo uma área de 12.100,00 m²."

Art. 2º - O valor a ser pago pela desapropriação da área mencionada no artigo anterior será de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), e será pago após o registro da escritura pública.

Art. 3º - A área desapropriada será destinada à Construção de Escola Municipal e Instalação do Cemitério Municipal.

Art. 4º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para o exercício financeiro de 2022, nas seguintes dotações, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais):

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

12.00 SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
12.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.15011-100 Aquisição de Imóvel para Instalação de Cemitério Municipal
4490.61.00.00 Aquisição de Imóveis REC 00501 136.570,00

12.00 SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
12.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.15011-100 Aquisição de Imóvel para Instalação de Cemitério Municipal
4490.61.00.00 Aquisição de Imóveis REC 00000 213.430,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:

- Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- Ter completado 18 (dezoito) anos;
- Qualificação com as obrigações eleitorais e militares;
- Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- Possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
- Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inscrito quínto com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
- Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo cartório criminal;
- Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVII, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da CF, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- Carteira de trabalho e cartão do PIS ou PASEP (se já cadastrado);
- Uma foto 3x4;
- Certidão de casamento (quando casado);
- Certidão de filiação até 14 anos e ou dependentes;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos de idade;
- Comprovante de residência;
- E-mail e número celular

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 07 DE MARÇO DE 2022.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

DECRETO Nº. 017
Data: 07/03/2022

Súmula: Declara de Utilidade Pública trechos que abaixo mencionam.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Declaradas de Utilidade Pública as vias urbanas que abaixo mencionam:

- Rua Itália - Loteamento Social Alfredo Zgoda
- Travessa Marquinho - Loteamento Social Alfredo Zgoda
- Travessa Goioxim - Loteamento Social Alfredo Zgoda
- Travessa Cantagalo - Loteamento Social Alfredo Zgoda
- Travessa Virmond - Loteamento Social Alfredo Zgoda
- Rua Rio Grande Do Sul - início no cruzamento da Rua Nicarágua e término no Cruzamento com a Rua Uruguai.
- Rua Uruguai - início com cruzamento na Avenida Brasília e término na Rua Bahia

Art. 2º - A Declaração de Utilidade Pública objetiva a realização de pavimentação das vias urbanas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

DECRETO Nº. 012
DATA: 14/02/2022

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 849, de 02/12/2021,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para o exercício financeiro de 2022, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nas dotações indicadas na forma do anexo a este Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto de conformidade com o artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) do cancelamento de dotações, especificadas na forma do Anexo a este Decreto e o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do superávit financeiro de recursos livres.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

CONVOCAR:

1 - O candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, sito Avenida Brasília, 551 - Centro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do presente edital, munido dos documentos elencados no item 3 - (Requisitos para posse no cargo) do Edital do Concurso Público nº 012/2017, de 05/07/2017 e do Anexo I do presente edital.

Nome	CLASSIFICAÇÃO
JOSÉ PEREIRA DE ALBUQUERQUE	8º

2 - O não comparecimento do candidato com as devidas comprovações dos documentos elencados no item anterior em prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do presente edital acarretará a candidatura à perda do direito a vaga e consequentemente não nomeação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, EM 07 DE MARÇO DE 2022.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

EDITAL Nº 005/2022
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições do Edital do Concurso Público nº 012/2017.

CONVOCAR:

1 - O candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, sito Avenida Brasília, 551 - Centro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do presente edital, munido dos documentos elencados no item 3 - (Requisitos para posse no cargo) do Edital do Concurso Público nº 012/2017, de 05/07/2017 e do Anexo I do presente edital.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Nome	CLASSIFICAÇÃO
JOSÉ PEREIRA DE ALBUQUERQUE	8º

2 - O não comparecimento do candidato com as devidas comprovações dos documentos elencados no item anterior em prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do presente edital acarretará a candidatura à perda do direito a vaga e consequentemente não nomeação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, EM 07 DE MARÇO DE 2022.

AGENOR BERTONCELO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

ANEXO I

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:

- Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- Ter completado 18 (dezoito) anos;
- Qualificação com as obrigações eleitorais e militares;
- Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- Possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
- Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inscrito quínto com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
- Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo cartório criminal;
- Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVII, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da CF, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- Carteira de trabalho e cartão do PIS ou PASEP (se já cadastrado);
- Uma foto 3x4;
- Certidão de casamento (quando casado);
- Certidão de filiação até 14 anos e ou dependentes;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos de idade;
- Comprovante de residência;
- E-mail e número celular

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

ANEXO I

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:

- Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- Ter completado 18 (dezoito) anos;
- Qualificação com as obrigações eleitorais e militares;
- Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- Possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
- Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inscrito quínto com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
- Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo cartório criminal;
- Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVII, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da CF, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- Carteira de trabalho e cartão do PIS ou PASEP (se já cadastrado);
- Uma foto 3x4;
- Certidão de casamento (quando casado);
- Certidão de filiação até 14 anos e ou dependentes;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos de idade;
- Comprovante de residência;
- E-mail e número celular

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

ANEXO I

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:

- Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- Ter completado 18 (dezoito) anos;
- Qualificação com as obrigações eleitorais e militares;
- Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- Possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
- Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inscrito quínto com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
- Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo cartório criminal;
- Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVII, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da CF, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- Carteira de trabalho e cartão do PIS ou PASEP (se já cadastrado);
- Uma foto 3x4;
- Certidão de casamento (quando casado);
- Certidão de filiação até 14 anos e ou dependentes;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos de idade;
- Comprovante de residência;
- E-mail e número celular

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

ANEXO I

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:

- Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- Ter completado 18 (dezoito) anos;
- Qualificação com as obrigações eleitorais e militares;
- Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- Possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
- Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inscrito quínto com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
- Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo cartório criminal;
- Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVII, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da CF, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- Carteira de trabalho e cartão do PIS ou PASEP (se já cadastrado);
- Uma foto 3x4;
- Certidão de casamento (quando casado);
- Certidão de filiação até 14 anos e ou dependentes;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos de idade;
- Comprovante de residência;
- E-mail e número celular

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
CNPJ/MF 01.612.634.0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484
85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

ANEXO I

3. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:

- Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- Ter completado 18 (dezoito) anos;
- Qualificação com as obrigações eleitorais e militares;
- Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- Possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
- Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inscrito quínto com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
- Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo cartório criminal;
- Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVII, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da CF, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- Carteira de trabalho e cartão do PIS ou PASEP (se já cadastrado);
- Uma foto 3x4;
- Certidão de casamento (quando casado);
- Certidão de filiação até 14 anos e ou dependentes;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos de idade;
- Comprovante de residência;
- E-mail e número celular

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
Gestão 2022 - 2024

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022/PMEAI

A comissão de licitação constituída pelos Senhores **Marcelo Bonella, Rudinei Wiczorkowski e Rozeli Souza**, comunica aos interessados na Concessão de Direito Real de Uso de quatro imóveis urbanos de propriedade da prefeitura municipal, sendo: **Lote 01:** 01 (um) imóvel urbano, com a área total de 562,03m², localizado na Rua México, nº 511, no Loteamento Heckerfeld, Lote nº 01 da Quadra 06, no primeiro urbano deste Município e será destinada à instalação de Indústria/Prestação de Serviços e/ou Comércio"; **Lote 02:** 01 (um) imóvel urbano, com a área total de 384,25m² e edificação de 143,91m², localizado na Rua Uruguai, esquina com Fortaleza, no Loteamento Progresso, Quadra 17, no primeiro urbano deste Município e será destinada à instalação de Indústria/Prestação de Serviços e/ou Comércio"; **Lote 03:** 01 (um) imóvel urbano, localizado na Rua Umarumã, nº 41, no Loteamento Quatro Irmãos, Lote nº 06 da Quadra 02, no primeiro urbano deste Município e será destinada à instalação de Indústria/Prestação de Serviços e/ou Comércio" e **Lote 04:** 01 (um) imóvel urbano, localizado na Rua Francisco Beltrão, nº 42, no Loteamento Quatro Irmãos, Lote nº 05 da Quadra 02, no primeiro urbano deste Município e será destinada à instalação de Indústria/Prestação de Serviços e/ou Comércio, objeto da Concorrência Pública nº 001/2022/PMEAI que, após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar a seguinte proponente:

Nº do Lote	Proponente	Valor global Mensal proposto (R\$)	Classificação
01	TCJ TRANSPORTES LTDA - ME	100,00	1º (Primeiro)
02	DESERTO		
03	DESERTO		
04	DESERTO		

Espigão Alto do Iguaçu, 07 de março de 2022.

Presidente da Comissão: _____

Membros da Comissão: _____

PREFEITURA MUNICIPAL ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ. EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE LICITAÇÃO. CONTRATO: 029/2022. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ.

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2022-PMPB

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio do Presidente da Comissão de Licitação, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar-se às 09h00min, do dia 25 de março de 2022, na sede da Prefeitura Municipal, a licitação modalidade Tomada de Preços nº 03/2022-PMPB, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DE EROSIÃO E DRENAGEM CONFORME CONVENIO Nº 26/2022 FIRMADO COM O INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT.

RONALDO DE MATOS PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE - PORTO BARREIRO - PARANÁ SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 01/2022-SAMAE Licitação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio do Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 06/2014, Decreto Federal 3.555/2000, torna público que realizará às 09h00min (nove horas) do dia 18 de março de 2022, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua das Camélias, 900, Centro, fone (42) 3661-1010, licitação na modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 01/2022-SAMAE, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMAE.

Ronaldo de Matos Pregoeiro

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022-PMPB

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de seu Prefeito Municipal, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02 e alterações, torna público que realizará às 09h30min do dia 21 de março de 2022, a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 12/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE UMA RETROSPECADORA NOVA/ZERO HORA PARA A SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E URBANISMO, segundo condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, na Rua das Camélias, 900, Centro, Porto Barreiro/PR, junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação via e-mail - prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br ou no site www.bl.org.br ou www.portobarreiro.pr.gov.br.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022-PMPB

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de seu Prefeito Municipal, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02 e alterações, torna público que realizará às 14h30min do dia 21 de março de 2022, a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 13/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA COM RECURSOS ADVINDOS DO CONVENIO Nº 227/2021 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB, segundo condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, na Rua das Camélias, 900, Centro, Porto Barreiro/PR, junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação via e-mail - prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br ou no site www.bl.org.br ou www.portobarreiro.pr.gov.br.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022-PMPB Licitação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Lei Complementar 147 de 07 de Agosto de 2014

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02, com os Decretos Federais 5450 de 31/05/05 e 5504 de 05/08/05, torna público que realizará às 14h00min do dia 18 de março de 2022, na sede da Prefeitura Municipal situada a Rua das Camélias, 900, fone (42) 3661-1237, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO MUNCK PARA TRANSPORTE DE VIGAS PRÉ MOLDADAS, LAJOTAS E GUARDA RODAS PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO, conforme disposto no Edital. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço ou telefone supracitado junto a Divisão de Licitação, bem como, por solicitação no e-mail: prefeituraportobarreiro@yahoo.com.br.

RONALDO DE MATOS Pregoeiro

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

PORTARIA Nº 009/2022 De 04 de março de 2022.

O Senhor EMANUEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE: Conceder Gratificação ao funcionário abaixo relacionado:

Table with 3 columns: Nome, Cargo, Percentual. Row: Jair Gilberto Herold, Motorista de Ônibus, 20%

Art. 1º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de março de 2022

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, 04 de março de 2022.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal

Município de Porto Barreiro

Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil da Comarca de Cantagalo - Estado do Paraná. Rodrigo Luiz Silvestri Oficial

EDITAL ATA NOTARIAL - USUCAÇÃO EXTRAJUDICIAL

As 06 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 216-A, §4º da Lei 6.015/73, foi apresentada para registro, uma Ata Notarial, lavrada nas Notas do tabelião Elias Schreiner, do Tabelionato do Município de Goiáim/PR e Comarca de Cantagalo-PR, em seu Livro 51-N, fls. 1041/10, em data de 02/12/2021, protocolada neste Ofício, sob nº 28.909 em que é requerente: DIVA APARECIDA SANTOS, portadora da C.I. nº 4.599.213-6 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 651.626.509-78 e seu esposo JOSÉ DOS SANTOS, portador da C.I. nº 1.599.040 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 451.775.039-88, casados pelo regime de comunhão universal de bens, ambos brasileiros, agricultores, residentes e domiciliados na Localidade Linha Serra Grande, no município de Goiáim/PR. FINALIDADE: ATA NOTARIAL DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE PARA FINS DE MODALIDADE DE USUCAÇÃO EXTRAJUDICIAL a fim de constituir prova material com presunção de verdade, nos termos dos artigos 215, 217 e 1238 do Código Civil e artigo 1071 do Código de Processo Civil, de acordo com o contido no Provimento nº 65/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. LOCAL: Diligência de constatação no endereço da propriedade usucapienda, situada na zona rural do município de Goiáim/PR. FUNDAMENTO LEGAL: Código Civil, artigo 1238 e Lei 10.257/2001, artigo 10º; IMÓVEL USUCAPIENDO: 1) Um terreno URBANO, com área de 367,00m² (trezentos e sessenta e dois decímetros quadrados), situado no loteamento "BELA VISTA", no município de Goiáim/PR, com origem na Transcrição nº 26.410 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Guarapuava/PR, que consta como proprietário Serafim Antônio de Oliveira. Atribui ao imóvel acima descrito, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Fica concedido o prazo de 15 dias para impugnação deste requerimento por quem entender-se prejudicado. E, caso ninguém sinta-se prejudicado pelo presente Edital, após 15 dias desta publicação, será procedido o registro da Usucapição da área informada em nome do requerente.

Cantagalo, 04 de março de 2022. Rodrigo Luiz Silvestri Oficial

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO GRANDES LAGOS DO PARANÁ E LITORAL PAULISTA - SICREDI GRANDES LAGOS PR/SP CNPJ nº 81.115.149/0001-18

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, do Estatuto Social, convoca os senhores delegados de núcleo eleitos nas respectivas Assembleias, que nesta data somam 44 (quarenta e quatro), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 19 de março de 2022, às 8:00 (oito horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; em segunda convocação, às 9:00 (nove horas), com a presença da metade dos delegados mais um, e, em terceira e última convocação, às 10:00 (dez horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) dos delegados. A Assembleia ocorrerá na modalidade semipresencial, realizada na sede da Associação Comercial de Laranjeiras do Sul, localizada na Avenida Deputado Ivan Ferreira do Amaral, nº 63, Bairro São Francisco, nesta cidade, e transmitida simultaneamente, utilizando a plataforma Microsoft Teams, para os delegados deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA EM REGIME ORDINÁRIO

- 1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 compreendendo: a) Relatório de gestão; b) Balanço dos dois semestres do correspondente exercício; c) Demonstrativo das sobras; d) parecer do Conselho Fiscal; e) parecer da auditoria.
2. Destinação do Resultado.
3. Destinação dos recursos advindos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.
4. Homologação do Regulamento Pertencor.
5. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

O Presidente observa que, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social, os assuntos da ordem do dia foram previamente discutidos nas comunidades em que a cooperativa atua, através de reuniões coordenadas pelo Presidente juntamente com o Diretor Executivo, realizadas em 01/02/2022, 02/02/2022, 03/02/2022, 04/02/2022, 07/02/2022, 08/02/2022, 09/02/2022, 10/02/2022, 14/02/2022,

15/02/2022, 16/02/2022, 17/02/2022, 21/02/2022, 22/02/2022, 23/02/2022 e 24/02/2022, nas localidades de Ibeama - PR, Três Barras do Paraná - PR, Cantagalo - PR, Diamante do Sul - PR, Virmom - PR, Laranjal - PR, Marquinho - PR, Guaraniaguá - PR, Espigão Alto do Iguaçu - PR, Nova Laranjeiras - PR, Santos/SP, Praia Grande - SP, São Vicente - SP, Guaçuá - SP, Rio Bonito do Iguaçu - PR, Porto Barreiro - PR, Quedas do Iguaçu - PR, Campo Bonito - PR e Laranjeiras do Sul - PR. Laranjeiras do Sul/PR, 04 de março de 2022.

ORLANDO MUFFATO Presidente

OBSERVAÇÕES:

- 1. A Assembleia se realizará em formato SEMIPRESENCIAL, com base no art. 43-A da Lei 5764/71, bem como na Instrução Normativa FUNDRE nº 81 de 02 de junho de 2020, e em razão de medidas de proteção à saúde pública, tendo em vista as recomendações emitidas pelas autoridades competentes para evitar aglomerações, garantindo a segurança e saúde de nossos associados e colaboradores.
2. Instruções para participação e registro na videoconferência na data e horário indicado: Os Delegados do Paraná participarão presencialmente na sede da Associação Comercial de Laranjeiras do Sul/PR e os Delegados de São Paulo participarão presencialmente na Agência Gonzaga em Santos/SP, onde terão acesso à Assembleia Geral, pelo link disponibilizado pela plataforma Microsoft Teams. Os mecanismos utilizados permitirão aos Delegados que se identifiquem, assim como exercerem seu direito de voz e voto, mediante atuação remota através de áudio, vídeo e chat, em tempo real.
3. A Assembleia será gravada eletronicamente.
4. A Assembleia não se realizará na sede social da Cooperativa por falta de acomodações.

Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil da Comarca de Cantagalo - Estado do Paraná. Rodrigo Luiz Silvestri Oficial

EDITAL NOTIFICAÇÃO - USUCAÇÃO EXTRAJUDICIAL

As 20 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 216-A, §4º da Lei 6.015/73, foi apresentada para registro, uma Ata Notarial, lavrada nas Notas do tabelião Elias Schreiner, do Tabelionato do Município de Goiáim/PR e Comarca de Cantagalo-PR, em seu Livro 51-N, fls. 1271/12, em data de 14/12/2021, protocolada neste Ofício, sob nº 28.960 em que é requerente: MARCOS LEIS RAVANELLO, portador da C.I. nº 4.556.622-0 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 023.516.899-84, brasileiro, divorciado, técnico agrícola, residente e domiciliado na PR-364 - KM 50, Sítio São Luiz, no município de Goiáim/PR. FINALIDADE: ATA NOTARIAL DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE PARA FINS DE MODALIDADE DE USUCAÇÃO EXTRAJUDICIAL a fim de constituir prova material com presunção de verdade, nos termos dos artigos 215, 217 e 1238 do Código Civil e artigo 1071 do Código de Processo Civil, de acordo com o contido no Provimento nº 65/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. LOCAL: Diligência de constatação no endereço da propriedade usucapienda, situada na zona rural do município de Goiáim/PR. FUNDAMENTO LEGAL: Código Civil, artigo 1238 e Lei 10.257/2001, artigo 10º; IMÓVEL USUCAPIENDO: 1) Um terreno RURAL, com área de 164,0500m² (cento e sessenta e quatro mil, cinco e cinco milímetros quadrados), situado no imóvel denominado "LIGUA DE CIMA", zona rural, no município de Goiáim/PR, com origem na Transcrição nº 34.419 e Matrícula nº 6917, ambas do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Guarapuava/PR, que consta como proprietário SERAFIM ANTONIO DE OLIVEIRA. Atribui ao imóvel acima descrito, o valor de R\$ 305.100,00 (trezentos e cinco mil e cem reais).

Processo ao presente EDITAL, para notificar OS SUCESSORES DO SR. SERAFIM ANTONIO DE OLIVEIRA, sendo proprietário na Transcrição nº 34.419 e Matrícula nº 6917, para que se manifeste, no prazo de quinze (15) dias, para impugnação deste requerimento por quem entender-se prejudicado. E, caso ninguém sinta-se prejudicado pelo presente Edital, após esta publicação, será procedido o registro da Usucapição da área informada em nome do requerente.

Cantagalo, 22 de janeiro de 2022. Rodrigo Luiz Silvestri Oficial

Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil da Comarca de Cantagalo - Estado do Paraná. Rodrigo Luiz Silvestri Oficial

EDITAL ATA NOTARIAL - USUCAÇÃO EXTRAJUDICIAL

As 17 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 216-A, §4º da Lei 6.015/73, foi apresentada para registro, uma Ata Notarial, lavrada nas Notas do tabelião Elias Schreiner, do Tabelionato do Município de Goiáim/PR e Comarca de Cantagalo-PR, em seu Livro 51-N, fls. 0999/103, em data de 01/12/2021, protocolada neste Ofício, sob nº 28.958 em que é requerente: SILVANO MARQUES, portador da C.I. nº 4.539.514-5 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 025.012.549-88, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na Fazenda Jacutinga, no município de Goiáim/PR. FINALIDADE: ATA NOTARIAL DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE PARA FINS DE MODALIDADE DE USUCAÇÃO EXTRAJUDICIAL, a fim de constituir prova material com presunção de verdade, nos termos dos artigos 215, 217 e 1238 do Código Civil e artigo 1071 do Código de Processo Civil, de acordo com o contido no Provimento nº 65/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. LOCAL: Diligência de constatação no endereço da propriedade usucapienda, situada na zona rural do município de Goiáim/PR. FUNDAMENTO LEGAL: Código Civil, artigo 1238 e Lei 10.257/2001, artigo 10º; IMÓVEL USUCAPIENDO: 1) Um terreno RURAL, com área de 404,140,00m² (quatrocentos e quatro mil, cento e quarenta milímetros quadrados), situado no imóvel denominado "JACUTINGA COLÔNIA PIQUIRI", zona rural, no município de Goiáim/PR, com origem na Transcrição nº 26.410 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Guarapuava/PR, que consta como proprietário VALDOMIRO GALINSKI. Atribui ao imóvel acima descrito, o valor de R\$ 584.500,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

Fica concedido o prazo de 15 dias para impugnação deste requerimento por quem entender-se prejudicado. E, caso ninguém sinta-se prejudicado pelo presente Edital, após 15 dias desta publicação, será procedido o registro da Usucapição da área informada em nome do requerente.

Cantagalo, 04 de março de 2022. Rodrigo Luiz Silvestri Oficial

Conselho de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

PARECER DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDO (PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS) EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

Em atendimento às exigências legais da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, notadamente dos artigos abaixo transcritos:

- Art. 30. A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da finalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos: I - pelo órgão de controle interno do âmbito da União e pelos órgãos de controle interno do âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, perante os respectivos entes governamentais sob seus respectivos âmbitos; III - pela Câmara de Contas da União, no que tange às atribuições e cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União; IV - pelos respectivos conselhos de acompanhamento e controle social dos Fundos, referidos no art. 3º da Lei nº 14.113/2021.
Art. 31. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos do Fundo conforme o procedimento adotado pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação específica.
Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.
Art. 33. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo serão exercidos, perante os respectivos órgãos e entidades, notadamente dos artigos abaixo transcritos:
§ 1º Os conselhos do âmbito estadual, distrital e municipal poderão, sempre que julgarem conveniente: I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos financeiros do Fundo, quando ampla transparência ao documento em si não for possível; II - convocar, por decisão do Conselho Federal e dos Municípios, o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução orçamentária do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se no prazo não superior a 30 (trinta) dias; III - registrar as atas das reuniões de controle social do Fundo, que serão imediatamente concluídas, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, observadas: a) intimação, empenho, liquidação e pagamento de atas e de serviços custeados com recursos do Fundo; b) falta de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento e qual entidade vinculada; c) convênios com as instituições a que se refere o art. 7º desta Lei; d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções; IV - manter visitas para verificar, in loco, outras questões pertinentes; e) a desmobilização regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;
§ 2º A utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo será em: I - bens de natureza patrimonial; II - bens de natureza financeira; III - bens de natureza operacional; IV - elaboração parecer das prestações de contas a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta Lei; V - supervisão o respectivo ensino e a elaboração de proposta orçamentária anual, no âmbito de seus respectivos entes governamentais da atuação, com o objetivo de

consumir para o regular e temporário tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alcancem a operacionalização dos Fundos; II - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, monitor e avaliar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento dos mesmos; § 3º Os conselhos estaduais e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros; § 4º Os conselhos não contarão com estrutura administrativa própria, e incumbirá à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e à composição dos respectivos conselhos.

E ainda, em consideração a regulamentação municipal própria, conforme a Lei nº 009/2021 de 25/03/2021, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Laranjeiras do Sul - Paraná (órgão gestor da Educação Básica), para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2021, exare PARECER FAVORÁVEL PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DA GESTÃO DOS RECURSOS, estando apto o processo para submissão ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Este PARECER que aprova a regularidade dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, referente ao exercício de 2021, está consubstanciado no resultado do acompanhamento periódico dos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e na documentação que fundamenta os registros e informações, examinados à luz dos preceitos e normas de administração pública e nos critérios estabelecidos especialmente na Lei nº 14.113 de 25/12/2020 e na Lei nº 9.394/1996 de 20/12/1996, ambas leis federais, observando-se para tanto, as competências legais do CACS-FUNDEB, destacando-se a abordagem dos seguintes aspectos: I. Organização e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB; II. A relevância atribuída pelo gestor às deliberações e recomendações do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no planejamento e na tomada de decisões relacionadas às aplicações dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; III. Reuniões ordinárias de controle, acompanhamento e deliberação sobre a execução orçamentária dos recursos do FUNDEB, compreendendo a verificação da conformidade com as normas em relação a: a) Arrecadação realizada no exercício; b) Execução da despesa orçamentária autorizada; c) Efetiva materialização dos gastos e sua pertinência quanto ao enquadramento no contexto da manutenção e desenvolvimento da educação básica; d) As movimentações financeiras bancárias e a aplicação financeira das disponibilidades;

- IV. Avaliação do cumprimento da obrigação com o mínimo reservado para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício das funções, compreendendo a arrecadação anual do FUNDEB, incluídos os rendimentos da aplicação financeira e as despesas com a folha de pagamento de profissionais do magistério, empenhadas nos termos do Artigo 26 da Lei nº 14.113/2020 (o código específico do SIM/AM), podendo-se opinar, de acordo com toda documentação apresentada, que não foram constatadas ofensas às normas; V. Avaliação da regularidade das demais despesas empenhadas à conta do FUNDEB (30%), quanto à utilização em despesas consideradas manutenção e desenvolvimento da educação básica nos termos do Artigo 26-A da Lei Federal nº 14.113/2020, podendo-se opinar, de acordo com toda documentação apresentada, que não foram constatadas ofensas às normas; VI. Cumprimento da aplicação dos recursos do FUNDEB, na proporcionalidade referenciada na Lei Federal nº 14.113 de 25/12/2020 e atendimento ao disposto no inciso XI, do artigo 212-A da Constituição Federal.

Diante do exposto, o CACS-FUNDEB do Município de Laranjeiras do Sul - Paraná, observa e registra a concórdia com os normativos legais, considerando portanto, REGULAR a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, neste Município.

As ações desenvolvidas pelo Conselho em referência, não elide e nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, e também não isenta encaminhamentos administrativos e legais que caso eventualmente ensejarem.

É O PARECER. Laranjeiras do Sul-PR, 18 de Fevereiro de 2022

Assinaturas dos membros do Conselho Municipal de Educação Básica Pública (Suplente): VALTER PINHEIRO CRISTO, FIERNA DOS SANTOS ALMEIDA, ROSALVO BERTOLDO, MARIA NOLLI NUNES, DIONE DE F. TOZZI BUENO, EDMIR SCHROEDER, MICHLEN C. DARIZ BECKER, VANI APARECIDA BERTOLDO, NATHALY BECKER DA SILVA, ROSANA DE FREITAS BALMER, IRANDE OLIVEIRA, MARGARETE FRANCO, ADELIR DE F. OLIVEIRA, SUSETE AP. DA SILVA DOS ANJOS

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR DECRETO Nº 036/2021 DE 13/04/2021

PARECER BIMESTRAL 6º BIMESTRE: NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2021

O Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB) do Município de Laranjeiras do Sul - Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 009/2021 de 25 de março de 2021, diante da Prestação de Contas, elabora este parecer, com base na análise do demonstrativo de receitas e despesas do Setor Educacional, creditados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Banco do Brasil - Banco 001 - Agência 0734-X.

RELATÓRIO: Este documento tem por finalidade, consolidar as atividades desenvolvidas por este colegiado, de forma sucinta. E, objetiva os resultados e conclusões provenientes da análise dos documentos e situações verificadas na execução dos recursos do FUNDEB, possuindo ainda, a finalidade de registrar o entendimento quanto à utilização do Fundo, no período mencionado, que é realizado com base na legislação vigente, em especial aos princípios constitucionais que regem os atos administrativos: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

ANÁLISE: Observado os recursos das fontes 101; 102 e 126/PNATE, oriundos das contas correntes 51425-X e 9582-0 do Banco do Brasil e as despesas correspondentes aos 70% e 30% do FUNDEB.

PARECER: Após análise e conferência da documentação contábil das receitas e despesas ora apresentada, este conselho (CACS-FUNDEB), emite PARECER FAVORÁVEL quanto à aplicação dos recursos vinculados ao FUNDEB, referente ao 6º Bimestre de 2021, referente aos meses de Novembro e Dezembro, atestando assim a correta aplicação dos recursos. É O PARECER.

LARANJEIRAS DO SUL-PR, 18 de Fevereiro de 2022

Assinaturas dos membros do Conselho Municipal de Educação: VALTER PINHEIRO CRISTO, FIERNA DOS SANTOS ALMEIDA, Praça Rui Barbosa, 01 - Centro - Antigo Prédio da Prefeitura Municipal 42-3635-8139 - e-mail: cacsfundeb@hotm.com

ROSALVO BERTOLDO
Rep. dos Técnicos Administrativos

MARIA NOELI NUNES
Rep. dos Professores da Educação Básica Pública (Suplente)

DIONE DE F. TOZZI BUENO
Rep. dos Diretores da Educação Básica Pública

EDIMARI SCHIROEDER
Presidente
Rep. dos representantes dos Pais de Alunos

MICHELEN C. DARIZ BECKER
Rep. dos Pais de Alunos

VANI APARECIDA BERTOLDO
Rep. dos Estudantes da Educação Básica Pública

NATHALY BECKER DA SILVA
Rep. dos Estudantes da Educação Básica Pública

ROSANA DE FREITAS BALMER
Rep. do Conselho Municipal de Educação

IRANI DE OLIVEIRA
Rep. do Conselho Tutelar

MARGARETE FRANCO
Rep. de Organizações da sociedade civil

ADELIR DE F. OLIVEIRA
Rep. dos Diretores da Educação Básica Pública (Suplente)

SUSETE AP. DA SILVA DOS ANJOS
Rep. das Escolas do Campo

Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil da Comarca de Cantagalo – Estado do Paraná
Rodrigo Luiz Silvestri
Oficial

EDITAL

ATA NOTARIAL – USUCAPÃO EXTRAJUDICIAL

Aos 22 de novembro de 2021, em conformidade com o artigo 216-A, §4º da Lei 6.015/73, foi apresentada para registro, uma Ata Notarial, lavrada nas Notas do tabelião Elias Schreiner, do Tabelionato do Município de Goioxim/PR e Comarca de Cantagalo-PR, em seu Livro 51-N, fls. 021/029, em data de 26/10/2021, protocolada neste Ofício, sob nº 28.850 em que é requerente: TEREZA DE LIMA CHAVES, portadora da C.I. nº 5.222.372-5 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 029.546.539-57, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliada na Localidade Linha Alto Alegre, no município de Goioxim-PR. FINALIDADE: ATA NOTARIAL DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE PARA FINS DE MODALIDADE DE USUCAPÃO EXTRAORDINÁRIO. a fim de constituir prova material com presunção de verdade, nos termos dos artigos 215, 217 e 1238 do Código Civil e artigo 1071 do Código de Processo Civil, de acordo com o conteúdo no Provimento nº 65/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. LOCAL: Diligência de constatação no endereço da propriedade usucapienda, situada na zona rural do município de Goioxim-PR. FUNDAMENTO LEGAL: Código Civil, artigo 1238 e Lei 10.257/2001, artigo 10º; IMÓVEL USUCAPIENDO: 1) Um terreno RURAL, com área de 15.949,29m² (quinze mil, novecentos e nove metros e vinte e nove decímetros quadrados), situado no imóvel denominado "JUQUIA DE CIMA", na localidade de Alto Alegre, no município de Goioxim-PR, com origem nas Transcrições nº25.333, 44.960, 22.978 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Guarapuava/PR, que consta como proprietários TRAJANO RODRIGUES DOS SANTOS e JOÃO DE LIMA FILHO. Atribuí ao imóvel acima descrito, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Fica concedido o prazo de 15 para impugnação deste requerimento por quem entender-se prejudicado.

E, caso ninguém sinta-se prejudicado pelo presente Edital, após 15 dias desta publicação, será procedido o registro da Usucapião da área informada em nome do requerente.

Cantagalo, 04 de março de 2022.

Rodrigo Luiz Silvestri
Oficial

Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil da Comarca de Cantagalo – Estado do Paraná
Rodrigo Luiz Silvestri
Oficial

EDITAL

NOTIFICAÇÃO – USUCAPÃO EXTRAJUDICIAL

Aos 15 de dezembro de 2021, em conformidade com o artigo 216-A, §4º da Lei 6.015/73, foi apresentada para registro, uma Ata Notarial, lavrada nas Notas da tabelião Sabrina de Fátima Mathias do Prado, do Tabelionato do Município de Cantagalo/PR e Comarca de Cantagalo/PR, em seu Livro 114-N, fls. 145/148, em data de 01/11/2021, protocolada neste Ofício, sob nº 28.943 em que é requerente: VOLMAR CATANELO, portador da C.I. nº 7.861.016-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 047.518.619-21 e sua esposa DENISE CARNEIRO TRETNER CATANELO, portadora da C.I. nº 8.345.793-7 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 039.215.979-19, ambos brasileiros, ele marceneiro, ela comerciante, residentes e domiciliados a Rua Augusto Thomaz, 1549, no município de Cantagalo/PR. FINALIDADE: ATA NOTARIAL DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE PARA FINS DE MODALIDADE DE USUCAPÃO EXTRAORDINÁRIO, a fim de constituir prova material com presunção de verdade, nos termos dos artigos 215, 217 e 1238 do Código Civil e artigo 1071 do Código de Processo Civil, de acordo com o conteúdo no Provimento nº 263 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. LOCAL: Diligência de constatação no endereço da propriedade usucapienda, situada no município de Cantagalo/PR. FUNDAMENTO LEGAL: Código Civil, artigo 1238 e Lei 10.257/2001, artigo 10º; IMÓVEL USUCAPIENDO: 1) Um terreno URBANO, com área de 486,33m² (quatrocentos e oitenta e seis metros e trinta e três decímetros quadrados), constituído por parte do Lote nº 291, da Quadra nº 1-L, do Loteamento denominado "Vila Cantagalo", neste Município de Cantagalo/PR, com origem na Matrícula nº 6457 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Cantagalo/PR, que consta como proprietário MARIANO ROCHA DE ABREU. Atribuí ao imóvel acima descrito o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Procedo o presente EDITAL para notificar os SUCESSORES DO SRº MARIANO ROCHA DE ABREU, então proprietário constante na MATRÍCULA 6457 L-2 deste Serviço, para que se manifestem, no prazo de quinze (15) dias, para impugnação deste requerimento por quem entender-se prejudicado.

E, caso ninguém sinta-se prejudicado pelo presente Edital, após desta publicação, será procedido o registro da Usucapião da área informada em nome do requerente.

Cantagalo, 04 de Março de 2022.

Rodrigo Luiz Silvestri
Oficial

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOPE
CNPJ nº 02.322.413/0001-18
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2021 – ASSISCOPE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

RATIFICAÇÃO
7ª PRÉ-QUALIFICAÇÃO

O Presidente do ASSISCOPE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, ratifica parcialmente o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2021, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA MÉDICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS EM: OTALMOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, CARDIOLOGIA, ORTOPEdia, PSIQUIATRIA, ENDOCRINOLOGIA, DERMATOLOGIA, NEUROLOGIA, CIRURGIA GERAL, ANESTESIOLOGIA, UROLOGIA, PNEUMOLOGIA, GINECOLOGIA/OBSTETRICIA, PEDIATRIA, NEUROLOGIA, NEFROLOGIA, REUMATOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, HEMATOLOGIA, RETORNO AMBULATORIAL E PARA MEDICAÇÃO CONTÍNUA EXCEPCIONAL E DE EXAMES NAS ESPECIALIDADES DE: ECOCARDIOGRAFIA, TESTE ERGOMÉTRICO, MAPA, HOLTER, ENDOSCOPIA, COLONOSCOPIA, PROCEDIMENTOS DE CORMOSCOPIA, MUCOSECTOMIA E POLIPECTOMIA, MAPEAMENTO DE RETINA, FUNDOSCOPIA, RETINOGRAMA, ELETROENCEFALOGRAFIA, ELETRONEUROMIOGRAFIA, PEQUISA DE ANTICORPOS ANTI HIV, VIDEONASOFIBROSCOPIA, AUDIOMETRIA, IMPEDANCIOMETRIA, VIDEOLARINGOSCOPIA, OTOEMISSÃO, BERA, BRONCOSCOPIA, ESPIROMETRIA, DENSITOMETRIA ÓSSEA, MAMOGRAFIA, ULTRASSONOGRAFIAS, TOMOGRAFIAS, ANGIOTOMOGRAFIAS, RADIOGRAFIAS DIGITAIS, RESSONANCIAS, ANATOMOPATOLOGIA E CITOLOGIA, CREDENCIAMENTO DE CIRURGIAS ELETIVAS NAS ESPECIALIDADES DE OTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA, COMPREENDENDO: ESTRUTURA HOSPITALAR E EQUIPE MÉDICA. O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA ODONTOLÓGICA NAS ESPECIALIDADES DE: ENDODONTIA, PERIODONTIA, ODONTOPEDIATRIA/ ATENDIMENTO A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, CIRURGICA/ TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL CONFORME PORTARIA Nº 600 DE 23 DE MARÇO DE 2006 E CONFECCÃO DE PROTESES DENTÁRIAS, às empresas:

ALANA CARVALHO ODONTOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.414.379/0001-51

Item	Produto/Serviço	Preço Mensal
003	ESPECIALIDADE DE ODONTOPEDIATRIA/ATENDIMENTO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA REALIZAR PROCEDIMENTOS BÁSICOS EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COMPREENDENDO: 80 PROCEDIMENTOS MÉS, DOS SUBGRUPOS: 03.020.00-2 (PROCEDIMENTOS INDIVIDUAIS);	R\$ 4.500,00

Será credenciada a empresa supra citada para atender a demanda do consorcio, ficando dispensado o sorteio.

Laranjeiras do Sul, 02 de março de 2022.

Elio Bolzon Junior
Presidente

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOPE
CNPJ nº 02.322.413/0001-18
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2021 – ASSISCOPE
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA MÉDICA E ODONTOLÓGICA
7ª PRÉ-QUALIFICAÇÃO

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOPE, CNPJ nº 02.322.413/0001-18, representada pelo Presidente Sr. ELIO BOLZON JUNIOR.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02-2022-ASSISCOPE
CONTRATADA: ALANA CARVALHO ODONTOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 44.414.379/0001-51, representada neste ato por ALANA CARVALHO DAMACENO. ESPECIALIDADE DE ODONTOPEDIATRIA/ATENDIMENTO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA REALIZAR PROCEDIMENTOS BÁSICOS EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COMPREENDENDO: 80 PROCEDIMENTOS MÉS, DOS SUBGRUPOS: 03.020.00-2 (PROCEDIMENTOS INDIVIDUAIS).

DATA DE ASSINATURA: 02 DE MARÇO DE 2022.
VIGÊNCIA: 02 DE MARÇO DE 2022 A 01 DE MARÇO DE 2023.
FORO: COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR.

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOPE
CNPJ nº 02.322.413/0001-18
RUA DIOGO PINTO, 1320 – 1º ANDAR – CEP. 85.301-290 – CENTRO – FONE: (42) 3635 1188
LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ.

RESOLUÇÃO nº 05/2022
DATA: 07 de março de 2022

SÚMULA: NOMEIA FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

O senhor ELIO BOLZON JUNIOR, Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ – ASSISCOPE, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear como FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS as senhoras:

NOME	RG	CPF
Jeci de Paula	7.566.470-2	055.282.779-73
Cirene Lourdes Soares	7.088.772-0	030.395.209-11
Jocieli Viana Morbarch	10.402.915-9	076.286.069-88
Sandra Valendorf	5.664.140-8	787.394.389-53
Patricia Costa Cristo	10.955.134-1	075.524.849-00

Art. 2º - Esta resolução possui efeito para o exercício financeiro de 2022.

Publique-se.

ELIO BOLZON JUNIOR
Presidente da ASSISCOPE

Poder Legislativo Municipal
Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul - Paraná
CNPJ 78.119.336/0001-65

PORTARIA Nº. 02/2022

SÚMULA: Exonera a pedido, Servidor detentor de Cargo em Comissão da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o artigo 24 do Regimento Interno.

RESOLVE

Art. 1º - Fica por este instrumento, exonerado a pedido o servidor JOSNEI MARCONDES GLABA, portador do CPF: 038.268.0-73, detentor do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar Símbolo C-004 do quadro de servidores da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de 07/03/2022, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, em 07/03/2022.

CARLOS ALBERTO MACHADO
Presidente do Poder Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro - CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 3637-1202

DECRETO Nº. 06, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Súmula: Concede Função Gratificada, conforme específica.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, amparada pela Lei nº. 1064/2015, resolve conceder:

Art. 1º. Função Gratificada FG-1, ao Servidor Público Municipal Maicon Provin, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Legislativo, para Coordenar e controlar o procedimento licitatório; despachar processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, com as justificativas inerentes; manter arquivo de todo o processo licitatório; promover licitações, utilizando quando necessário o sistema de Registro de Preços; promover estudos objetivando aprimorar o procedimento licitatório, perseguindo a padronização do sistema de licitação; coordenar, controlar e encaminhar para publicação a matéria de todos os atos que a lei determinar serem publicados; acompanhar a compatibilidade entre os preços praticados para a Administração Pública e os usados para o mercado; submeter a despacho a documentação visando à aplicação de sanções a fornecedores e licitantes; supervisionar a obediência aos prazos previstos na legislação; instruir recurso administrativo de sua competência e elaborar editais e contratos. Analisar e promover a otimização dos processos de trabalho, buscando a melhoria de eficiência no desenvolvimento das atividades, visando o cumprimento dos prazos institucionais, em consonância com as exigências dos órgãos de Controle Interno e Externo, em conformidade com o Anexo VI da Lei nº. 1064/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de março de 2022.

DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº. 95.587.663/0001-60
Rua Rio Grande do Sul, nº. 2122, Centro - CEP: 85.350-000
E-mail: contato@cmnl.pr.gov.br / legislativo@cmnl.pr.gov.br
Fone: (42) 3637-1202

DECRETO Nº. 05, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Súmula: Revoga o Decreto nº. 02/2022 e nomeia Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Resolve:

Art. 1º. - Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Laranjeiras, responsáveis pela promoção dos trabalhos gerais de licitação nesta Egrégia Casa de Leis, conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Função
Maicon Provin	Técnico Legislativo	Presidente
Edino Novakoski	Motorista	Membro
Solange de Fátima Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	Membro

Art. 2º. - Fica revogado após a publicação deste, o Decreto nº. 02/2022.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de março de 2022.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Laranjeiras – PR, em 07 de março de 2022.

DIRCEU FERNANDES DOS SANTOS
Presidente